



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

1 Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, das nove às dez  
2 horas da manhã, **realizou-se a reunião da Comissão de Educação Profissional e**  
3 **Tecnológica no Brasil - EPT** do Conselho Nacional de Educação - CNE, sob a  
4 presidência da Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo. Participaram  
5 presencialmente os Conselheiros Cleunice Matos Rehem (relatora), Givânia Maria da  
6 Silva e Mauro Luiz Rabelo e, virtualmente, por meio da Plataforma Microsoft Teams, o  
7 Conselheiro Paulo Fossatti. Participaram os convidados(as): Ana Paula Papa Miranda do  
8 Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, Ana Rodrigues - Sebrae, Izabel  
9 Lima Pessoa - Sebrae, Jânio Carlos Endo Macedo - Fundação Getúlio Vargas – FGV, Ana  
10 Lúcia Corrêa Macedo - Sebrae/FGV. A presidente da comissão, a Conselheira Leila  
11 Soares de Souza Perussolo, da Câmara de Educação Básica - CEB, iniciou os trabalhos  
12 dando as boas-vindas aos presentes e agradeceu a participação da Conselheira Givânia  
13 Maria da Silva, destacando a colaboração nos debates da comissão. Informou que a pauta  
14 da reunião visou dialogar com o Sebrae sobre a temática Educação Empreendedora no  
15 contexto da EPT. Destacou os avanços sobre a regulamentação do Sistema Nacional de  
16 Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec, informando que a minuta  
17 de Resolução correspondente já foi elaborada e distribuída aos conselheiros, com  
18 apreciação e deliberação previstas para a quarta-feira, seis de agosto do ano de dois mil e  
19 vinte e cinco, no plenário do CNE. Ressaltou que a atualização da Resolução CNE/CEB  
20 nº 1/2021, que trata das Diretrizes da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, é  
21 considerada estratégica. Em seguida, a presidente concedeu a palavra à relatora, que  
22 cumprimentou os presentes e destacou a relevância do tema da Educação Empreendedora,  
23 pois considera um debate essencial nas etapas da educação. Defendeu que o  
24 empreendedorismo seja discutido desde a Educação Infantil, como estratégia e  
25 desenvolvimento da autonomia, responsabilidade e iniciativa dos estudantes. Propôs que,  
26 na revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica,  
27 o empreendedorismo seja incluído na minuta, como princípio geral ou em artigos  
28 específicos, abrangendo os cursos técnicos, de qualificação e de tecnologia. Reforçou o  
29 compromisso com a Educação Profissional tratando-a como vetor de transformação  
30 social e econômica. O professor Jânio Carlos Endo Macedo, da Fundação Getúlio Vargas  
31 - FGV, agradeceu à presidência e relatoria pela oportunidade do diálogo e ressaltou a  
32 importância da comissão na construção de um Sistema Nacional de Educação Profissional  
33 e Tecnológica integrado. Destacou a atuação do Sebrae, há mais de doze anos, na  
34 formação empreendedora nos níveis educacionais. Reforçou que o objetivo central é  
35 institucionalizar a educação empreendedora como parte essencial da formação dos  
36 estudantes, promovendo competências como criatividade, inovação, protagonismo e  
37 construção de projetos de vida. A senhora Ana Rodrigues - Sebrae apresentou a trajetória  
38 da instituição que atua há mais de cinquenta anos no apoio às Micro e Pequenas Empresas  
39 e, mais recentemente, na formação educacional, com foco no empreendedorismo desde  
40 os primeiros anos da escolarização. Apresentou os principais programas voltados à  
41 educação empreendedora: I- Programa de Inovação (voltado para startups e  
42 competitividade), II- Programa Plural (voltado a lideranças sub-representação), III-  
43 Educação que Transforma (principal programa de atuação junto a educadores e



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

estudantes) e informou que, nos últimos doze anos, este programa realizou um milhão de atendimentos a educadores, atingindo vinte e dois milhões de estudantes. Comentou que a proposta pedagógica baseia-se na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e no referencial EntreComp, quadro de referência de competências para o empreendedorismo, promovendo o protagonismo estudantil, autoconhecimento, colaboração e impacto social. Foram apresentados quatro pilares do programa: I- Formação de profissionais da educação, II- Conteúdos alinhados à BNCC, III- Estímulo à criatividade e inovação, IV- Produção de estudos e pesquisas educacionais e, dentre as iniciativas, destacou: Desafio Liga Jovem (projetos de impacto social com premiação nacional), Escalada (plataforma gamificada com missões e culminância presencial), Supernova (formação contínua com participação de empresas e startups), Empresa Simulada (parceria internacional com simulação de negócios), Jornada Despertar (trilha formativa para o ensino médio), Disciplina de Empreendedorismo (voltada à formação docente em EAD). Mencionou o trabalho do Polo SER Sebrae, localizado em Minas Gerais - MG, voltado à valorização e formação de educadores, com experiências inspiradoras e tendências educacionais. Destacou o Prêmio Educador Transformador, com a participação de seis mil educadores inscritos em duas edições, incluindo previsão de missões nacionais e internacionais. Ressaltou que o objetivo do Sebrae não é criar uma disciplina obrigatória, mas promover a transversalidade da Educação Empreendedora nos currículos, aproveitando conteúdos já existentes para o desenvolvimento de competências. A senhora Ana Lúcia Corrêa Macedo - Sebrae/FGV reforçou que as soluções educacionais são customizáveis conforme o território e mencionou a terceira edição do Prêmio Sebrae de Educação Empreendedora, que inclui a capacitação de professores, gestores escolares e responsáveis de rede com uso de inteligência artificial. A Conselheira Cleunice Matos Rehem solicitou dados sobre o número de escolas e instituições de Educação Superior que adotam o empreendedorismo como componente curricular. A senhora Ana Lúcia informou que o Sebrae possui dados consolidados para as etapas do ensino fundamental e médio, e que existe uma pesquisa que está na etapa de finalização. Os dados sobre o Ensino Superior ainda são limitados, mas busca uma ampliação. Jânio Carlos Endo Macedo - FGV acrescentou que cerca de quinze estados já dialogam com o Sebrae para parcerias. Destacou que a EPT tem papel estratégico na inserção de jovens no mercado de trabalho e sugeriu a institucionalização da Educação Empreendedora nos currículos, especialmente no Ensino Superior. A Conselheira Cleunice Matos Rehem propôs que a comissão elabore um parecer ou resolução que integre a Educação Empreendedora aos currículos da educação infantil ao ensino superior, à semelhança do que ocorre com temas como educação ambiental. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo ressaltou que o empreendedorismo já está presente na BNCC desde a educação infantil, mas reconheceu que faltam diretrizes concisas sobre sua aplicação pedagógica. A Conselheira Givânia Maria da Silva destacou a necessidade de recortes de gênero e raça nas ações empreendedoras e questionou se o Sebrae realiza esse tipo de análise. A senhora Ana Lúcia - Sebrae respondeu que o Programa Plural, lançado no ano de dois mil e vinte e quatro, foca em lideranças sub-representação, com expansão prevista para o campo educacional ainda no ano de dois mil e vinte e cinco. Jânio Carlos Endo Macedo informou



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

87 que o Sebrae criou uma unidade específica para tratar dessa pauta. A Conselheira Givânia  
88 Maria da Silva sugeriu a inclusão sistemática do quesito raça/cor nos diagnósticos do  
89 Sebrae para orientar políticas públicas mais inclusivas. Izabel Lima Pessoa - Sebrae  
90 reforçou a abordagem ampliada de educação empreendedora, centrada em metodologias  
91 ativas e no desenvolvimento de competências como autonomia, protagonismo e  
92 criatividade. Enfatizou que a maioria dos estados já está incorporando a temática em seus  
93 currículos, e que uma orientação normativa do CNE seria fundamental para consolidar  
94 esse movimento. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo reiterou que a Educação  
95 Empreendedora não deverá ser tratada como conteúdo isolado, mas a partir da perspectiva  
96 transversal integrada às experiências escolares e à realidade dos estudantes. O  
97 Conselheiro Mauro Luiz Rabelo destacou o papel da Educação Empreendedora na  
98 motivação e permanência estudantil, mencionou experiências positivas com o Sebrae e  
99 alertou para resistências conceituais no meio acadêmico. Defendeu a inserção do tema  
100 nas licenciaturas e formação inicial docente, bem como na produção de documentos  
101 orientadores pelo CNE, em escala nacional. O Conselheiro Paulo Fossatti elogiou a  
102 clareza conceitual do Sebrae ao diferenciar “educação para o empreendedorismo” e  
103 “educação empreendedora”, sendo a última mais abrangente. Informou que a comissão  
104 que trata de Ciência, Tecnologia e Inovação também incorporará esses conceitos nas  
105 diretrizes em elaboração, da educação infantil ao pós-doutorado. Ao final, a Conselheira  
106 Leila Soares de Souza Perussolo agradeceu às instituições FGV e Sebrae pela  
107 contribuição e reforçou o compromisso da comissão no fortalecimento da educação  
108 empreendedora. Destacou três encaminhamentos: I- Incorporação da temática na  
109 atualização das diretrizes da educação básica; II- Estudo da elaboração de um parecer  
110 orientativo sobre o tema; III- Aproveitamento das contribuições na comissão de Ciência,  
111 Tecnologia e Inovação. Informou que novos encontros serão agendados para fomentar o  
112 debate e avançar na construção de instrumentos normativos, através do apoio das  
113 instituições parceiras. Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco,  
114 das dez às onze horas, realizou-se, em formato híbrido, a reunião da **Comissão Bicameral**  
115 **do Plano Nacional de Educação - PNE**, sob a coordenação do Conselheiro Heleno  
116 Manoel Gomes de Araújo Filho (Presidente). Participaram presencialmente os  
117 Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Givânia Maria da  
118 Silva, Leila Soares de Souza Perussolo e Paulo Fossatti. Participaram virtualmente, por  
119 meio da Plataforma Microsoft Teams, os Conselheiros Ilona Maria Lustosa Becskehazy  
120 Ferrão de Sousa, Israel Matos Batista e Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva. A  
121 comissão retomou a análise do Projeto de Lei nº 2614/2024, que trata do Novo PNE, com  
122 o objetivo de aprovar, ainda na semana de reuniões do CNE, o relatório consensual que  
123 será encaminhado ao Ministério da Educação - MEC. A relatora Conselheira Leila Soares  
124 de Souza Perussolo destacou a complexidade em sistematizar as contribuições recebidas  
125 dos conselheiros, pois abrangem temas da Educação Básica e da Educação Superior. Entre  
126 os principais pontos do relatório estão a inclusão da Educação Ambiental no currículo,  
127 propostas para a Educação Indígena, Quilombola e do Campo, manutenção e ampliação  
128 das estratégias para Educação Especial e a criação do Sistema Nacional de Avaliação da  
129 Educação Profissional e Tecnológica. A Conselheira Cleunice Matos Rehem destacou, ao



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

propor a inclusão da Educação Ambiental como uma estratégia formal no Projeto de Lei, os objetivos e metas definidos, reforçando a importância do tema. Foi enfatizada a relevância de se garantir planos de carreira alinhados ao piso nacional. Pontuou a respeito de um terço da carga horária dedicada às atividades coletivas como planejamento e formação continuada; além da meta de formação em Pós-Graduação para setenta por cento dos docentes da Educação Básica, reconhecendo os desafios para implementação. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho comunicou que o relatório final, com as emendas da Educação Superior propostas pelos Conselheiros Celso Niskier e Elizabeth Regina Nunes Guedes, será sistematizado pelas reladoras da comissão, com apoio do Presidente do CNE, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari, buscando a versão final. O documento completo deverá ser enviado para leitura até a próxima quarta-feira, dia seis de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco e apresentado ao plenário do CNE previamente, e a ser submetido ao Ministério da Educação - MEC e à Câmara dos Deputados. O Conselheiro Antonio César Russi Callegari parabenizou o trabalho da comissão e reforçou a urgência de investir na formação de uma nova geração de professores, propondo a revisão das diretrizes das licenciaturas DCN's — especialmente Pedagogia — com currículo inovador, formação em tempo integral, maior articulação entre teoria e prática e estágios intensificados. Defendeu a criação de uma carreira docente nacional com remuneração inicial atrativa de cerca de nove mil reais para quarenta horas semanais e destacou a necessidade de um planejamento mais extenso, bem como de articulação entre o Ministério da Educação e os Sistemas de Ensino. Sugeriu que, caso haja consenso, essa proposta fosse encaminhada formalmente ao MEC. A Conselheira Givânia Maria da Silva concordou com a proposta e sugeriu que, mesmo com o prazo curto, se elabore uma minuta que integre as ideias aos programas já existentes do MEC, garantindo a institucionalização e continuidade das ações, independentemente de mudanças de gestão. O Conselheiro Paulo Fossatti destacou a centralidade da formação docente, apoiando e relatando os desafios para garantir qualidade e flexibilidade na formação de professores, especialmente em regiões remotas como a Amazônia. Ele sugeriu que a docência seja priorizada no Planejamento Estratégico do CNE para avançar nas iniciativas de valorização e formação dos professores. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo propôs incluir no PNE uma outra meta, vinculada à formação inicial de professores, garantindo sólida relação teoria-prática, a partir de vivências inovadoras e articulação na Educação Básica. Defendeu transformar essa ideia em meta formal, com estratégias objetivas. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari reforçou que a formação da nova geração de professores não substitui a valorização dos atuais profissionais, mas exige currículo inovador, estágio vinculado à realidade, marco regulatório nacional para a carreira e avaliação formativa. Ressaltou que o Brasil tem condições para essa transformação, incluindo universidades, tecnologia e recursos financeiros e que o desafio é a decisão política para mobilizar esses recursos, usando, por exemplo, mecanismos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. Por fim, o Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho registrou os encaminhamentos da reunião, destacando que as reladoras Leila Soares de Souza Perussolo e Elizabeth Regina Nunes Guedes serão



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

173 responsáveis por consolidar os conteúdos e as propostas das emendas da Educação  
174 Superior, com apoio do Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari na revisão da minuta.  
175 A reunião foi encerrada sem outras deliberações. Aos quatro dias do mês de agosto do  
176 ano de dois mil e vinte e cinco, das onze às doze horas, iniciou-se a reunião da **Comissão**  
177 **Bicameral sobre Educação Ambiental e Mudanças Climáticas** do Conselho Nacional  
178 de Educação - CNE, sob a presidência da Conselheira Cleunice Matos Rehem, da Câmara  
179 de Educação Básica - CEB. Participaram presencialmente os Conselheiros Givânia Maria  
180 da Silva, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Mauro Luiz Rabelo, Otavio Luiz  
181 Rodrigues Junior e Paulo Fossatti. Participaram virtualmente, por meio da Plataforma  
182 Microsoft Teams, os conselheiros Elizabeth Regina Nunes Guedes (relatora pela Câmara  
183 de Educação Superior – CES), Israel Matos Batista (relator pela Câmara de Educação  
184 Básica – CEB) e Monica Sapucaia Machado. Participou como convidada a senhora  
185 Viviane Vazzi Pedro, da Secadi/CGPEC/MEC. A presidente da Comissão, Conselheira  
186 Cleunice Matos Rehem abriu a reunião dando as boas-vindas aos participantes e  
187 apresentou a pauta, destacando a exposição da representante do MEC sobre a Política  
188 Nacional de Educação Ambiental para as escolas, cujo lançamento está previsto para o  
189 segundo semestre de 2025. Dentre os pontos da pauta, constaram: 1. composição do grupo  
190 de especialistas no GT que auxiliariam na atualização das Diretrizes Curriculares  
191 Nacionais - DCN's de Educação Ambiental; 2. revisão da agenda propositiva da  
192 comissão, onde apresentará o cronograma de ações; 3. participação da Comissão na Pré-  
193 COP30, a ser realizada entre os dias treze e quatorze de outubro, em Brasília- DF; 4. a  
194 criação de uma frente parlamentar; 5. proposição do Primeiro Fórum Nacional da  
195 Economia do Mar, no formato online e com apoio do CNE. A senhora Viviane Vazzi Pedro  
196 informou que o MEC está estruturando um Programa Nacional de Educação Ambiental  
197 Escolar com foco na Justiça Climática, com prioridade para as redes e municípios  
198 vulneráveis. Solicitou a formalização de reunião com o Gabinete da Secadi/MEC para a  
199 criação de um grupo de trabalho em parceria com o CNE, que acompanhará a elaboração  
200 do Protocolo Nacional de Resposta às Emergências Climáticas. Relatou que o Comitê  
201 Assessor da Política Ambiental recomendou cautela, quanto à atualização das DCN's, em  
202 razão do calendário da COP30 e destacou a realização da Conferência Infantojuvenil pelo  
203 Meio Ambiente, que contabilizou a participação de mais de oito mil escolas e sugeriu que  
204 o CNE acompanhe as ações Pós-Conferência. Propôs que comissão defina uma data para  
205 o lançamento das diretrizes, de modo a integrá-las ao cronograma do programa em  
206 construção. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes ressaltou a importância do  
207 tema e afirmou que a atualização das DCN's não deverá acontecer de forma rápida, tendo  
208 em vista a COP30, mas que os resultados da conferência internacional poderiam ser  
209 incorporados. Propôs a criação de um grupo ampliado para as escutas, bem como um  
210 menor para elaborar a minuta, adotando reuniões temáticas mensais e subgrupos para  
211 agilizar o processo. Indicou especialistas de instituições como: a Empresa Brasileira de  
212 Pesquisa Agropecuária - Embrapa, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz -  
213 Esalq/USP e a Universidade Federal do Pará - UFPA, além de representantes quilombolas  
214 e ribeirinhos sugeridos pela Conselheira Givânia Maria da Silva. Anunciou o Primeiro  
215 Fórum Nacional da Economia do Mar, previsto para três de setembro do ano de dois mil





## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

216 e vinte e cinco. Ressaltou que as novas diretrizes devem contemplar a trajetória  
217 educacional e a diversidade dos sujeitos sociais. O Conselheiro Israel Matos Batista  
218 manifestou apoio às proposições da relatora e relembrou as deliberações anteriores da  
219 Comissão, como a necessidade de atualização das DCN's de Educação Ambiental, a  
220 reformulação do calendário, a constituição de um grupo técnico de especialistas e os  
221 estudos de levantamento bibliográfico e mapeamento de boas práticas já em andamento.  
222 Mencionou a futura proposta de diretrizes para protocolos de resiliência climática nas  
223 escolas e a articulação com o MEC, o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Plano  
224 Clima. Informou que as indicações para composição do grupo técnico estão abertas e em  
225 fase de consolidação. A presidente Cleunice Matos Rehem solicitou celeridade na  
226 definição da lista de especialistas para que se possa emitir a portaria de constituição do  
227 GT. Propôs a articulação com os organizadores da Pré-COP30, convidando conselheiros  
228 a se voluntariarem para os contatos institucionais, e sugeriu alinhamento com a  
229 Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes para consolidação do cronograma de  
230 atualização das DCN's, com previsão de votação no plenário do CNE, em fevereiro do  
231 ano de dois mil e vinte e seis. Agradeceu as contribuições dos conselheiros e ressaltou o  
232 avanço nas articulações e definição do cronograma. Na sequência, o Conselheiro Israel  
233 Matos Batista apresentou a proposta de cronograma estendido para o grupo técnico, a ser  
234 formalmente constituído ainda em agosto do ano de dois mil e vinte e cinco. O GT será  
235 composto por especialistas em currículo, educação ambiental, educação básica, além de  
236 representantes indígenas e quilombolas. O grupo deverá trabalhar na elaboração de dois  
237 documentos preliminares: levantamento bibliográfico com análise da Base Nacional  
238 Comum Curricular - BNCC e das diretrizes vigentes, e mapeamento de boas práticas a  
239 partir da análise dos especialistas nos territórios. A primeira entrega está prevista para  
240 setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, com apresentação do estudo do marco legal  
241 vigente e de uma estrutura inicial sobre as novas diretrizes. Em seguida, será realizada a  
242 sistematização por etapas e modalidades e a primeira escuta pública da sociedade civil e  
243 de especialistas. Ressaltou que o cronograma é flexível. Informou que instituições  
244 parceiras como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
245 - Unesco, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef e o Banco Interamericano  
246 de Desenvolvimento - BID poderão integrar os trabalhos, mediante aprovação formal. A  
247 Conselheira Cleunice Matos Rehem reforçou que a revisão das DCN's de Educação  
248 Ambiental deverá contemplar ajustes e recomendou que a presidência e relatoria  
249 consolidem o cronograma para apresentação à Comissão Bicameral, com previsão de  
250 votação em fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis. Destacou, ainda, a realização do  
251 Primeiro Fórum Nacional da Economia do Mar, no formato online. Finalizou  
252 agradecendo as contribuições dos conselheiros e reforçou o avanço no processo de  
253 definição do cronograma de atualização das diretrizes. Aos quatro dias do mês de agosto  
254 de dois mil e vinte e cinco, das quatorze às quinze horas, realizou-se a reunião da  
255 **Comissão Bicameral do Conselho Nacional de Educação - CNE, com a pauta**  
256 **Ciência, Tecnologia e Inovação.** Estiveram presentes os Conselheiros Paulo Fossati (  
257 presidente), Celso Niskier (relator), Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos  
258 Rehem, Gastão Dias Vieira, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Leila Soares de



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

259 Souza Perussolo e Mauro Luiz Rabelo. Participaram virtualmente, por meio da  
260 Plataforma Microsoft Teams, os Conselheiros Israel Matos Batista e Monica Sapucaia  
261 Machado. Também participou da reunião, na qualidade de convidado, o senhor Diego  
262 Menezes, Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e  
263 Inovação - Abipti. O Conselheiro Paulo Fossati, da Câmara de Educação Superior - CES,  
264 deu as boas-vindas aos participantes, declarou abertos os trabalhos e apresentou o  
265 cronograma de elaboração da minuta de Parecer. Informou que o documento preliminar  
266 será submetido à consulta pública, com previsão de apresentação dos resultados em  
267 primeiro de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco. Após os ajustes decorrentes dessa  
268 etapa, a nova versão será objeto de audiência pública, no dia seis de setembro deste ano.  
269 A discussão e aprovação da redação final ocorrerá em três de novembro de dois mil e  
270 vinte e cinco, com previsão de deliberação pelo Conselho Pleno, em dois de dezembro do  
271 vigente ano. Na sequência, o Conselheiro Celso Niskier, da Câmara de Educação Superior  
272 – CES, agradeceu a confiança da Comissão e destacou a colaboração dos Conselheiros  
273 Israel Matos Batista e Monica Sapucaia Machado na construção da minuta de parecer.  
274 Ressaltou a repercussão positiva da proposta, mencionando editorial publicado pelo  
275 jornal *O Globo*. Informou que a minuta já foi encaminhada aos conselheiros, e que se  
276 encontra aberta para envio de sugestões. Explicou que o texto se apoia em diversos  
277 marcos legais e referenciais, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da  
278 Educação Nacional - LDB, o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação - Lei nº  
279 13.243/2016, o Plano Nacional de Educação - PNE, os planos de ação em CT&I, a  
280 Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta - 2021, a Agenda da ONU,  
281 especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - quatro, nove e dezessete  
282 e o *Learning Compass 2030*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento  
283 Econômico - OCDE. O documento está estruturado em cinco seções principais: 1)  
284 introdução e contexto histórico; 2) fundamentação legal; 3) eixos estruturantes; 4)  
285 dimensões estratégicas; e 5) diretrizes orientadoras. Os quatro eixos centrais são:  
286 democratização da cultura científica; currículos e práticas pedagógicas inovadoras;  
287 formação de educadores; e fomento aos ecossistemas de inovação educacional, os quais  
288 se articulam com cinco dimensões estratégicas. O relator enfatizou as contribuições  
289 recebidas no seminário pelos especialistas Anita Stefani - Dage/MEC, Denise Pires de  
290 Carvalho - Capes, Diego Menezes - Abipti, Marcelo Viana - Impa e Maximiliano Damas  
291 - Semerj/RJ. Na sequência, o Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari ressaltou a  
292 importância de valorizar aspectos como autoria, inovação e criação nas carreiras docentes  
293 da Educação Básica, frequentemente negligenciados pelas estruturas tradicionais. Sugeriu  
294 que o parecer contemple recomendações nesse sentido, além de criticar o caráter limitado  
295 das avaliações de larga escala, como o Sistema de Educação Básica - Saeb e o Exame  
296 Nacional do Ensino Médio - Enem, que não captam adequadamente o potencial criativo  
297 dos estudantes. Relacionou o tema à atuação do CNE em pautas estratégicas como  
298 inteligência artificial, ensino a distância e a revisão da Base Nacional Comum Curricular  
299 – BNCC. A Conselheira Cleunice Matos Rehem propôs a inclusão, no item 4.5, alínea  
300 “b”, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional de Nível Técnico,  
301 instituído por lei no ano de dois mil e vinte e três, e desenvolvido pelo Instituto Nacional



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

302 de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep. Argumentou que a referência ao sistema é  
303 essencial, considerando estágio de implementação e contribuição para avaliações voltadas  
304 à ciência, tecnologia e inovação. Na condição de convidado, o senhor Diego Menezes  
305 presidente da - Abipti parabenizou a comissão pela clareza e profundidade do documento  
306 e sugeriu a inclusão do empreendedorismo como desdobramento da inovação e  
307 instrumento de impacto social. Reforçou a importância da propriedade intelectual, mesmo  
308 diante da defesa da ciência aberta e sugeriu a inclusão de recomendação estratégica  
309 voltada à ampliação da infraestrutura educacional, mediante programas governamentais  
310 e parcerias, assegurando a presença de laboratórios e ferramentas tecnológicas nas  
311 instituições de ensino. Recomendou, que seja retirada a menção exclusiva à Capes e ao  
312 CNPq no trecho sobre relações interministeriais, de modo a contemplar outros órgãos  
313 estratégicos, como a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep e o Ministério de Ciências  
314 e Tecnologia e Inovação - MCTI. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo  
315 parabenizou o relator pela qualidade da proposta e sugeriu a inclusão do termo  
316 “multiculturalismo” na alínea “c” do item 4, relativo à promoção da equidade e ao  
317 enfrentamento das desigualdades epistêmicas. Justificou que o conceito de  
318 multiculturalismo amplia o entendimento sobre diversidade, incorporando o  
319 reconhecimento, o respeito e a valorização de diferentes culturas, religiões, etnias e  
320 formas de organização social, pois torna-se fundamental combater preconceitos e  
321 promover a convivência respeitosa na sociedade brasileira. Ao final, o Presidente Paulo  
322 Fossati - CES agradeceu ao relator Conselheiro Celso Niskier, aos demais conselheiros  
323 presentes e ao senhor Diego Menezes pelas valiosas contribuições e encerrou a reunião.  
324 Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, das dezesseis às  
325 dezessete horas, reuniu-se, em formato híbrido, a Comissão da Câmara de Educação  
326 Superior - CES do Conselho Nacional de Educação - CNE, com a finalidade de dar  
327 continuidade às discussões sobre o **Novo Marco Regulatório da Educação a Distância**  
328 **- EaD**. Estiveram presentes, no plenário do CNE, os Conselheiros Celso Niskier  
329 (presidente), Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia Machado e Paulo Fossatti.  
330 Participaram virtualmente, por meio da plataforma Microsoft Teams, os Conselheiros  
331 Henrique Sartori de Almeida Prado (relator) e Márcia Teixeira Sebastiani, da Câmara de  
332 Educação Básica. Também participou, como convidado, o senhor Daniel de Aquino  
333 Ximenes, Diretor de Regulação da Educação Superior da Secretaria de Regulação e  
334 Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - Seres/MEC. O  
335 Conselheiro Celso Niskier da Câmara de Educação Superior - CES, abriu a reunião  
336 agradecendo a presença dos conselheiros e ressaltou a importância do encontro para a  
337 atualização da Resolução nº 1/2016, que trata da regulamentação da EaD no Brasil.  
338 Enfatizou que o principal objetivo da comissão é buscar o alinhamento entre os  
339 conselheiros sobre as inovações propostas pelo novo marco regulatório, em atenção aos  
340 referenciais de qualidade para cursos de graduação a distância. Comentou que o objetivo  
341 da comissão visa a aprovação de uma nova resolução. A atualização torna-se primordial  
342 na política da EaD para garantir segurança jurídica às instituições de Ensino Superior a  
343 partir do próximo ano. O senhor Daniel de Aquino Ximenes - Seres/MEC apresentou os  
344 Referenciais de Qualidade para Cursos de Graduação EaD, elaborados no ano de dois mil





## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

345 e vinte e quatro. Explicou que o Novo Marco Regulatório da EaD se fundamenta em três  
346 pilares: I- os referenciais de qualidade; II- as normas legais (decretos e portarias) e III- a  
347 avaliação conduzida pelo Inep. Salientou que os referenciais integrados serviram para  
348 garantir a eficácia da política pública. Destacou que os referenciais têm caráter conceitual,  
349 não estabelecendo métricas específicas por área e que a EaD deverá ser compreendida  
350 como um processo relacional, com forte ênfase na mediação pedagógica. Defendeu  
351 Projetos Pedagógicos de Curso - PPC's que assegurem qualidade equivalente ao  
352 presencial, com rotinas pedagógicas estruturadas, trilhas de aprendizagem e tempo  
353 mínimo para a maturação do conteúdo. Reforçou a necessidade de promover entre os  
354 estudantes ações de pertencimento junto as instituições de ensino, superando práticas  
355 pedagógicas fragmentadas. Quanto aos materiais didáticos, apontou que precisam ser  
356 elaborados e atualizados pelos docentes, a partir de contextualização regional. As  
357 plataformas tecnológicas, por sua vez, devem favorecer dinâmicas colaborativas, com  
358 monitoramento e engajamento ativo. Destacou a importância das provas presenciais nos  
359 polos, que deve cumprir uma metodologia estruturada, contando com gestores  
360 qualificados e promovendo a articulação de estágios e extensão. Enfatizou a integração  
361 da EaD ao planejamento institucional e à gestão da qualidade, com autoavaliação e  
362 monitoramento constantes, especialmente no contexto do credenciamento unificado.  
363 Ressaltou o papel estratégico da EaD no desenvolvimento local e na internacionalização  
364 da Educação Superior. A Conselheira Monica Sapucaia Machado, da Câmara de  
365 Educação Superior - CES, agradeceu a participação do diretor e o questionou sobre a  
366 distinção entre presencialidade e sincronicidade no contexto da EaD, especialmente em  
367 vista do Decreto que exige cinquenta por cento de carga presencial para licenciaturas.  
368 Manifestou preocupação em relação à Educação Superior como negócio no Brasil, ao  
369 contrário de outros países, com universidades privadas sem fins lucrativos. Questionou  
370 também a função do professor conteudista, argumentando que o docente regente deverá  
371 ser o responsável pela construção e adaptação dos materiais, a exemplo do ensino remoto  
372 na pandemia. Enfatizou que o uso inadequado das tecnologias poderá comprometer a  
373 produção científica e a qualidade da formação e destacou a necessidade de se atentar não  
374 apenas ao número de matrículas, mas às taxas de conclusão e à inserção dos egressos no  
375 mercado de trabalho, citando a crise das engenharias como exemplo. O Conselheiro  
376 Henrique Sartori de Almeida Prado, da Câmara de Educação Superior, relator da  
377 comissão, apresentou o cronograma de trabalho da Comissão: no mês de setembro do ano  
378 de dois mil e vinte e cinco: apresentação de minuta preliminar com base nas portarias, no  
379 decreto e referenciais; ainda no vigente mês, realização de uma reunião online para  
380 discussão da pré-minuta; no mês de outubro: envio da minuta à consulta pública,  
381 posteriormente à aprovação pela comissão; no mês de novembro: síntese das  
382 contribuições recebidas, revisão da proposta e submissão à Câmara de Educação Superior,  
383 com vistas à conclusão do processo no corrente ano. O Conselheiro Paulo Fossatti  
384 expressou a preocupação com a formação de professores em regiões remotas,  
385 especialmente na Amazônia. Relatou que as redes de ensino estão encerrando cursos de  
386 licenciatura por falta de condições para garantir qualidade e defendeu que o Novo Marco  
387 Regulatório considere exceções regionais, reconhecendo, por exemplo, atividades



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

388 síncronas como presenciais em situações específicas. Alertou para o risco de agravamento  
389 do apagão de professores no interior do país. O Conselheiro Celso Niskier considerou a  
390 discussão e reconheceu a relevância das observações do Conselheiro Paulo Fossatti.  
391 Informou que tais questões poderão ser tratadas de forma mais adequada na revisão da  
392 Resolução CNE/CP nº 4/2024, a ser conduzida pela presidência do colegiado junto ao  
393 MEC. Ressaltou que a resolução em debate é de natureza conceitual e de abrangência  
394 geral, mas que eventuais adaptações contextuais poderão ser consideradas futuramente.  
395 Defendeu o registro formal das preocupações, dado o impacto real sobre instituições e  
396 estudantes. O Diretor Daniel de Aquino Ximenes - Seres/MEC reforçou que o debate  
397 atual se insere no contexto iniciado com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, e que a  
398 publicação dos novos referenciais exige harmonização normativa. Destacou a Portaria  
399 MEC nº 378/2025, especialmente o artigo 7º, que trata do formato semipresencial em  
400 diversas áreas, e reiterou a primazia das Diretrizes Curriculares Nacionais. Reconheceu a  
401 relevância das preocupações com regiões desassistidas e defendeu maior atenção à rede  
402 pública de Educação Superior nesses contextos. Finalizou destacando a importância do  
403 calendário aprovado e o empenho do MEC em entregar à sociedade uma política de EaD,  
404 com avaliação, acompanhamento e participação do CNE. O Conselheiro Celso Niskier  
405 agradeceu a contribuição do Diretor Daniel de Aquino Ximenes, do relator Henrique  
406 Sartori de Almeida Prado, dos demais conselheiros e equipe técnica do CNE. Confirmou  
407 a aprovação do calendário proposto pela comissão, com previsão de apresentação da  
408 minuta em setembro do ano de dois mil e vinte e cinco. Nada mais havendo a tratar, a  
409 reunião foi encerrada. Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco,  
410 das dezesseis às dezessete horas, foi realizada a reunião da **Comissão da Câmara de**  
411 **Educação Básica do Conselho Nacional de Educação - CNE, Educação das Relações**  
412 **Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. A reunião  
413 foi presidida pela Conselheira Givânia Maria da Silva e com a participação presencial dos  
414 conselheiros Gastão Dias Vieira e Leila Soares de Souza Perussolo (relatora).  
415 Participaram, virtualmente pela plataforma Microsoft Teams, os conselheiros Israel  
416 Matos Batista, Mariana Lúcia Rosa Agnese Costa e Rosa e Maria do Pilar Lacerda  
417 Almeida e Silva. O objetivo da reunião foi discutir a metodologia de Revisão do Parecer  
418 CNE/CP nº 16/2012, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a  
419 Educação das Relações Étnico-Raciais. A proposta do grupo é atualizar o parecer a partir  
420 de normativas e diretrizes publicadas posteriormente ao ano de dois mil e doze e  
421 incorporar temas como: Ensino Médio; Educação Integral; Educação Inclusiva;  
422 Tecnologias Digitais e Educação Ambiental. Como encaminhamento metodológico da  
423 reunião, foi proposta a divisão temática aos conselheiros, conforme as respectivas áreas  
424 de atuação: Educação Infantil - Leila Soares de Souza Perussolo; Ensino Fundamental e  
425 Educação Integral - Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva; Ensino Médio - Gastão Dias  
426 Vieira e Israel Matos Batista; Educação Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos - EJA  
427 - Mariana Lúcia Rosa Agnese Costa e Rosa; Educação Profissional Tecnológica -  
428 Cleunice Matos Rehem; Currículo Diferenciado - Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão  
429 Lustosa; Formação de Professores e Gestores - Márcia Teixeira Sebastiani; Educação  
430 Ambiental - Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho; Tecnologias e Inteligência Artificial-



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

431 Israel Matos Batista. Durante o debate, a Conselheira Mariana Lúcia Rosa Agnese Costa  
432 e Rosa sugeriu substituir o Parecer CNE nº 50/2023 pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei  
433 nº 13.146/2015) como base normativa para tratar da Educação Inclusiva. Defendeu, a  
434 adoção de uma abordagem interseccional que considere a deficiência em relações aos  
435 marcadores sociais de diferença. Enfatizou a necessidade de inovação normativa e a  
436 articulação entre cultura quilombola e inclusão. O Conselheiro Israel Matos Batista  
437 destacou a relevância de incorporar, nas diretrizes, o debate sobre vieses racistas presentes  
438 nos algoritmos e tecnologias digitais, considerando o impacto dos elementos na educação  
439 das relações étnico-raciais no contexto contemporâneo. Os conselheiros se manifestaram  
440 favoráveis com a metodologia proposta e definiu-se que a elaboração da nova versão do  
441 parecer será realizada de forma colaborativa. Segundo o cronograma da comissão, a  
442 previsão de conclusão e apresentação da versão final da minuta para o mês de novembro  
443 do vigente ano. A Conselheira Givânia Maria da Silva encerrou os trabalhos, salientando  
444 que a elaboração da minuta deverá integrar uma abordagem crítica alinhada às demais  
445 diretrizes do Conselho Nacional de Educação - CNE. Aos quatro dias do mês de agosto  
446 do ano de dois mil e vinte e cinco, das dezessete às dezoito horas, realizou-se, em formato  
447 híbrido, a reunião da **Comissão Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de**  
448 **Graduação em Estatística no âmbito da Câmara de Educação Superior - CES.**  
449 Estiveram presentes os conselheiros Celso Niskier (Presidente), Mauro Luiz Rabelo  
450 (Relator) e Monica Sapucaia Machado. Participaram, virtualmente pela Plataforma  
451 Teams, as especialistas do Instituto de Matemática e Estatística Universidade de São  
452 Paulo – IME/SP, Lilia Carolina Carneiro da Costa, Cibele Russo e Viviana Giampaoli. O  
453 presidente da Comissão, Conselheiro Celso Niskier iniciou os trabalhos agradecendo a  
454 presença dos especialistas, em especial à professora Viviana Giampaoli. Informou que já  
455 se encontra disponível uma primeira minuta da resolução. Concedeu a palavra ao relator,  
456 Conselheiro Mauro Luiz Rabelo que, saudando os especialistas, apresentou o texto e se  
457 colocou à disposição para eventuais esclarecimentos. Frisou que tal minuta será  
458 submetida a Consulta Pública ainda no mês de agosto. Comunicou que, na condição de  
459 relator, realizou uma leitura crítica do documento, onde sinalizou pequenas alterações,  
460 nas quais surgiram duas dúvidas específicas. Destacou que o texto se encontra  
461 praticamente concluído para ser submetido a Consulta Pública. A professora Viviana  
462 Giampaoli – IME/SP agradeceu ao relator Conselheiro Mauro Luiz Rabelo pela  
463 contribuição da elaboração da minuta que considerou eficaz para o andamento dos  
464 trabalhos do grupo. Informou que foram realizadas diversas reuniões, sempre levando em  
465 consideração uma leitura detalhada. Sugeriu que a consulta pública seja acompanhada de  
466 uma live explicativa, promovida pela associação da área, com o objetivo de apresentar o  
467 conteúdo à comunidade e esclarecer o processo de elaboração. Apontou uma dúvida na  
468 versão encaminhada ao grupo de especialistas, destacada no documento, relativa à  
469 inclusão ou não dos códigos dos cursos nas DCN's. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo  
470 considerou desnecessária a inclusão dos códigos da Classificação Internacional  
471 Normalizada da Educação - Cine-Brasil nas diretrizes, por se tratar de competência do  
472 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e por  
473 eventuais mudanças futuras na classificação das graduações. Apontou a ausência de



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

menção à carga horária mínima no documento, observando que essa definição é usual nas DCN's e servirá como referência para as instituições e solicitou a manifestação dos especialistas sobre o tema. O presidente da Comissão, Conselheiro Celso Niskier, concordou com a importância de explicitar a carga horária, recomendando que esta não seja superior à estabelecida nas diretrizes anteriores, em atenção às expectativas dos estudantes. Reconheceu o trabalho conduzido pela comissão e avaliou que a minuta se encontra praticamente concluída para ser posta em consulta pública. Propôs a aprovação do texto com duas alterações: retirada da referência aos códigos Cine-Brasil e a inclusão da carga horária mínima de três mil horas, ficando o relator responsável por incorporá-las ao documento. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo agradeceu à professora Viviana Giampaoli e comentou sobre os demais procedimentos metodológicos da comissão: o texto será submetido à consulta pública, durante a qual serão coletadas contribuições da sociedade civil. As sugestões recebidas serão analisadas pela comissão e, se pertinentes, poderão ser incorporadas a versão final da minuta. Após a etapa, o texto será reapresentado para deliberação interna e, se aprovado, encaminhado a votação em reunião pública da Câmara de Educação Superior. O presidente da Comissão, Conselheiro Celso Niskier, complementou os encaminhamentos, informando que a consulta pública ocorrerá ao longo do mês de agosto, com previsão de análise e consolidação das contribuições até a reunião marcada para o dia primeiro de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco. Aprovada a versão final, o documento será encaminhado a votação no mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, com vistas à sua homologação pelo Ministro de Estado da Educação, ainda no vigente ano, possibilitando a adoção das novas diretrizes pelas instituições já a partir do ano seguinte. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a sessão. Sem outras manifestações, a Sessão foi encerrada às dezoito horas, e para constar, eu, Antonio Alberto Brunetta, lavrei esta ata, que uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari. Brasília, quatro de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco.